

IDEAU

**A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MS:
EVOLUÇÃO, DESAFIOS E INCLUSÃO**

**THE JOURNEY OF SPECIAL EDUCATION IN MS: EVOLUTION,
CHALLENGES, AND INCLUSION**

**LA TRAYECTORIA DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN MS:
EVOLUCIÓN, DESAFÍOS E INCLUSIÓN**

Veridiana de Andrade Barreto

Especialista em Botânica e Química Analítica Instituição de formação, Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: veridiana.barreto@ufms.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8861-3111>

Marcos Gabriel Furtado Reis

Graduando em Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: marcos.g@ufms.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0123-9227>

Samara Freitas Aureliano

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Instituto de Física, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail samara.faureliano@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5996-6865>

Jucélia Linhares Granemann de Medeiros

Pós-Doutora em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: linhares.granemann@ufms.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3470-8723>

RESUMO

O artigo apresenta uma análise crítica da trajetória da Educação Especial em Mato Grosso do Sul, desde a criação do estado em 1977 até os dias atuais. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência é examinado em diferentes fases, destacando a criação de instituições pioneiras e os desafios enfrentados. A expansão das Salas de Recursos Multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é reconhecida como um avanço, mas as desigualdades regionais e a falta de infraestrutura adequada são problemas persistentes. Além disso, o estudo discute a qualificação docente e os impactos da pandemia de COVID-19 no

Submitted on: 12.06.2024 | Accepted on: 12.10.2024 | Published on: 12.17.2024

ensino inclusivo. Apesar dos progressos, a pesquisa revela a necessidade de políticas mais eficazes e investimentos estratégicos para garantir uma inclusão educacional equitativa e de qualidade. Conclui-se que, para assegurar o pleno desenvolvimento de alunos com deficiência, é essencial um planejamento que contemple a formação contínua de professores, infraestrutura adequada e colaboração intersetorial.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Políticas Públicas. Mato Grosso do Sul. Desafios Educacionais.

ABSTRACT

The article critically analyzes the trajectory of Special Education in Mato Grosso do Sul from the state's creation in 1977 to the present day. The development of public policies focused on the inclusion of people with disabilities is examined in different phases, highlighting the creation of pioneering institutions and the challenges faced. The expansion of Multifunctional Resource Rooms and Specialized Educational Assistance (AEE) is recognized as progress, but regional inequalities and inadequate infrastructure remain persistent issues. Furthermore, the study discusses teacher qualification and the impacts of the COVID-19 pandemic on inclusive education. Despite advancements, the research reveals the need for more effective policies and strategic investments to ensure equitable and quality educational inclusion. The conclusion emphasizes the importance of ongoing teacher training, adequate infrastructure, and intersectoral collaboration to ensure the full development of students with disabilities.

Keywords: Special Education. Inclusion. Public Policies. Mato Grosso do Sul. Educational Challenges.

RESUMEN

El artículo presenta un análisis crítico de la trayectoria de la Educación Especial en Mato Grosso del Sur desde la creación del estado en 1977 hasta la actualidad. Se examina el desarrollo de políticas públicas enfocadas en la inclusión de personas con discapacidad en diferentes etapas, destacando la creación de instituciones pioneras y los desafíos enfrentados. La expansión de las Salas de Recursos Multifuncionales y de la Atención Educativa Especializada (AEE) se reconoce como un avance, pero las desigualdades regionales y la infraestructura inadecuada siguen siendo problemas persistentes. Además, el estudio discute la calificación docente y los impactos de la pandemia de COVID-19 en la educación inclusiva. A pesar de los progresos, la investigación revela la necesidad de políticas más efectivas e inversiones estratégicas para garantizar una inclusión educativa equitativa y de calidad. La conclusión enfatiza la importancia de la formación continua de los docentes, la infraestructura adecuada y la colaboración intersectorial para asegurar el pleno desarrollo de los estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: Educación Especial. Inclusión. Políticas Públicas. Mato Grosso del Sur. Desafíos Educativos.

1 INTRODUÇÃO

A história da Educação Especial em Mato Grosso do Sul está diretamente relacionada à criação do estado em 1977, quando se tornou necessário estabelecer políticas públicas que atendessem às demandas da população, incluindo as pessoas com deficiências. O desenvolvimento dessas políticas ocorreu em diferentes fases, refletindo as transformações no cenário político e legislativo brasileiro, com um foco crescente na inclusão social e educacional.

Atualmente, Mato Grosso do Sul possui uma população estimada em 2,8 milhões de habitantes, dos quais 10,9% são pessoas com deficiência, o que corresponde a aproximadamente 305.200 indivíduos que necessitam de políticas inclusivas e serviços especializados (IBGE, 2023). Segundo o Censo Escolar de 2023, o estado tem mostrado avanços significativos na Educação Especial, como o aumento de matrículas em classes regulares e a expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, ainda persistem desafios, como a distorção idade-série, a insuficiência de infraestrutura, especialmente em áreas rurais e comunidades indígenas, e a falta de profissionais especializados. Embora as grandes cidades apresentem melhores condições de inclusão, as regiões mais afastadas enfrentam grandes dificuldades, o que exige maiores investimentos em políticas públicas, formação de professores e recursos adaptados (Inep, 2023).

Este artigo pretende apresentar um panorama cronológico detalhado dessa evolução, destacando os marcos legislativos e as práticas pedagógicas que moldaram a Educação Especial em Mato Grosso do Sul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL – HISTÓRICO DE CRIAÇÃO

Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar nº 31, em 11 de outubro de 1977, surgiu a necessidade de desenvolver políticas públicas para as diversas áreas, incluindo a educação especial. A estrutura inicial de atendimento educacional especial baseava-se em instituições já existentes.

O Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos "Florivaldo Vargas" (ISMAC), fundado em 1957, é uma entidade sem fins lucrativos dedicada à educação especial e reabilitação de pessoas com deficiência visual. Com foco na inclusão escolar, social e no mercado de trabalho, o ISMAC oferece suporte psicossocial, pedagógico e atividades de paradesporto, ajudando pessoas cegas e com baixa visão a desenvolverem suas capacidades e participarem plenamente na sociedade (ISMAC, 2024).

A APAE de Campo Grande, fundada em 1967, atua na educação especial e reabilitação de pessoas com deficiência, oferecendo suporte educacional, social e de saúde. O CEDEG/APAE (Centro de Educação Especial Girassol) atende gratuitamente até 400 alunos com deficiência intelectual, múltipla e autismo, desde o nascimento promovendo a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência física e intelectual. Ao longo dos anos, ampliou suas instalações e serviços, tornando-se uma das maiores APAEs do Brasil, sempre focada no atendimento de qualidade e na inclusão social (APAECG, 2019).

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) é a maior rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Brasil, com mais de 2.200 unidades e 1,6 milhão de assistidos. Fundada em 1954, a APAE promove educação, saúde e inclusão social, e atua em defesa dos direitos dessas pessoas, buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados em todo o país. Em Mato Grosso do Sul, 63 dos 79 municípios são atendidos pela FEAPAES - MS, no entanto, Alvorada do Sul, Aquidauana, Bandeirantes, Caracol, Coronel Sapucaia, Figueirão, Jaraguari, Jateí, Juti, Ladário, Paraíso das Águas, Rochedo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Terenos, Vicentina, ainda não são

contempladas com este serviço.

A Associação Pestalozzi de Campo Grande foi fundada em 6 de junho de 1979 e, desde então, dedica-se à promoção dos direitos e inclusão social de pessoas com deficiência intelectual e/ou transtorno neuromotor. A instituição oferece serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social, lazer e trabalho, atendendo atualmente mais de 700 usuários. No estado do Mato Grosso do Sul ainda conta com as unidades da Pestalozzi nos municípios de Aquidauana, Dourados, Jardim, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Terenos (Pestalozzi, 2024).

A Escola Especial Colibri, fundada em 26 de março de 1990 em Campo Grande, MS, é administrada pela Associação de Educação Especial Marcelo Takahashi e oferece educação inclusiva para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Com infraestrutura adaptada e Atendimento Educacional Especializado (AEE), a escola também oferece serviços como fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia. Além disso, integra tecnologia em suas atividades e promove sustentabilidade com uma área verde. Ao longo dos anos, tornou-se uma referência em educação especial, promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral de seus alunos (INEP, 2023).

A Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande/MS (AMA) foi fundada em 26 de abril de 1990 por acadêmicos de Psicologia da FUCMT, pais de crianças autistas e profissionais, com o objetivo de oferecer gratuitamente assistência terapêutica e educacional a crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), promovendo sua integração social. A AMA é uma organização sem fins lucrativos, mantida por convênios com órgãos públicos, doações e eventos beneficentes. Atende diretamente 110 autistas de várias regiões do estado, oferecendo avaliações e apoio especializado, além de suporte socioassistencial às famílias.

Fundado em 1992 na capital Campo Grande, o Instituto Juliano Varela, é uma associação, sem fins lucrativos, que atua na defesa e garantia de direitos e no atendimento direto de pessoas com deficiência intelectual diversos como: Síndrome de Down, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Microcefalia e Transtorno do

Espectro Autista (TEA). Com duas unidades na capital, tendo como público-alvo crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e seus familiares, nas áreas de assistência social, reabilitação, trabalho, cultura, esporte, lazer e educação, visando facilitar a sua integração e emancipação social (Associação Juliano Varela).

A ASEADEM (Associação Especial de Atendimento ao Deficiente Mental) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1993 em Campo Grande, MS, que atende gratuitamente pessoas com deficiência intelectual acima de 18 anos. Com cerca de 120 beneficiários, a ASEADEM oferece serviços nas áreas de assistência social, educação, psicologia, esporte, lazer e inserção no mercado de trabalho, funcionando de segunda a sexta-feira. Gerida por uma diretoria composta por pais e simpatizantes, a associação busca promover a inclusão social e profissional dos atendidos, utilizando recursos para melhorias de infraestrutura, aquisição de equipamentos e contratação de profissionais especializados (ASEADEM, 2024).

Em 1996, o padre André Giuseppe Scaglia fundou o Cotelengo Sul-Mato Grossense em Campo Grande, um Centro de Reabilitação e Qualificação que oferece serviços educacionais e terapêuticos especializados para crianças com deficiências múltiplas.

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Mato Grosso do Sul (CAP/DV-MS), vinculado à Secretaria de Estado de Educação, foi criado em 1999 com o objetivo de oferecer suporte pedagógico e suplementação didática para o sistema de ensino, em colaboração com órgãos governamentais, não-governamentais e a comunidade. O projeto, originalmente desenvolvido em 1994 pela Secretaria de Educação de São Paulo e adaptado para Mato Grosso do Sul em 1996, foi aprovado pelo Ministério da Educação e desde então expandiu suas atividades para apoiar 48 instituições públicas de ensino, promovendo a inclusão de alunos com deficiência visual na rede regular.

O Centro de Desenvolvimento do Potencial Humano Raio de Luz, localizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, é uma instituição privada dedicada à educação especial, oferecendo ensino fundamental adaptado para

atender alunos com necessidades educacionais específicas. A instituição, que se concentra nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), promove o desenvolvimento integral e a inclusão social e escolar de seus alunos. Autorizada a funcionar pela Deliberação CEE/MS nº 12.247 de 2021, a escola é reconhecida por seu compromisso com a educação inclusiva e pelo suporte a crianças com necessidades especiais.

2.2 PRINCIPAIS MARCOS NORMATIVOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Atualmente, estima-se que existam cerca de 556 escolas com Salas de Atendimento Especial na educação básica, distribuídas pelo território de Mato Grosso do Sul, conforme dados divulgados pela Secretaria de Estado de Educação (INEP, 2023). As Salas de Recursos Multifuncionais são amparadas pelos seguintes marcos normativos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: Artigos 58 e 59 tratam da educação especial e do atendimento educacional especializado.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): Direciona a criação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais em todo o território nacional.
- Resolução CNE/CEB nº 4/2009: Estabelece diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, regulamentando o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais.
- Decreto Federal nº 7.611/2011 fortalece a Política Nacional de Educação Especial, assegurando a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Com isso, as escolas públicas começam a instalar Salas de Recursos para atender alunos com deficiências em um ambiente regular, com suporte pedagógico especializado.

O Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/MS) foi criado em 21 de novembro de 2006, com sede em Campo Grande, vinculado à Secretaria de Estado de Educação. Seu objetivo é promover a inclusão de pessoas com surdez, oferecendo capacitação e apoio pedagógico.

Em Mato Grosso do Sul, surgem mais iniciativas como as Unidades de Atendimento Especializado em Libras (UAE-Libras), dedicadas ao ensino de Libras para alunos com deficiência auditiva.

2.3 IMPACTO DA PANDEMIA E AVANÇOS NO ATENDIMENTO

A pandemia de COVID-19 trouxe grandes desafios para a educação inclusiva, especialmente em relação ao ensino remoto. Instituições como APAE, Pestalozzi, ISMAC e outras adaptaram suas atividades para continuar atendendo os alunos remotamente. Ampliando o uso das Tecnologias Assistivas e suas Iniciativas inclusivas.

2.4 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MATO GROSSO DO SUL

Começando por um panorama geral, as estatísticas do Censo Escolar indicam uma concentração significativa de escolas de educação básica em áreas urbanas, com 86,3% (1544 unidades) localizadas nas cidades e apenas 17,7% (245 unidades) na zona rural (MEC/INEP, Censo Escolar 2023).

Considerando o ano de 2014 a 2023 ocorreu um expressivo aumento de 52,8% em matrículas na educação especial, no estado Mato Grosso do Sul (MS).

Em 2023, o percentual de escolas com sala de atendimento especial em MS variou amplamente. O município de Paraíso das Águas apresentou 100% das escolas com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), enquanto Bonito e Aquidauana registraram apenas 11,1% e 11,9%, respectivamente. Essa disparidade indica uma desigualdade no acesso a esses recursos essenciais para a inclusão educacional, sugerindo a necessidade de políticas públicas que garantam uma distribuição mais equitativa das Salas de AEE no estado.

A maioria da população escolar está nas áreas urbanas, onde há mais infraestrutura para atender à demanda. Em contrapartida, o menor número de escolas rurais aponta desafios de acesso à educação para quem vive no campo, o que pode ampliar desigualdades educacionais entre essas regiões.

Além disso, o Censo aponta para a taxa de distorção idade-série entre alunos da educação especial no ensino fundamental apresentou uma redução significativa entre 2014 e 2023. Em 2014, a taxa era de 64,5%, indicando que mais da metade dos alunos estavam em uma série incompatível com a sua idade. A partir desse ponto, houve uma tendência decrescente, com a taxa caindo para 29,9% em 2023. Essa queda consistente ao longo dos anos reflete esforços contínuos para alinhar o progresso escolar desses alunos às suas idades, possivelmente através de políticas inclusivas e de apoio especializado, o que contribuiu para a redução da defasagem idade-série no setor de educação especial.

O percentual de docentes com pós-graduação ou formação continuada mostrou um aumento contínuo, refletindo o aprimoramento da qualificação docente. Em 2014, 35,5% dos professores possuíam pós-graduação, e 34,8% realizavam formação continuada. Esses números cresceram ao longo dos anos, chegando, em 2023, a 65,1% para pós-graduação e 53,4% para formação continuada.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-descritivo, com ênfase na análise documental e bibliográfica. A investigação foi realizada com base em uma ampla revisão de documentos oficiais, legislações, relatórios institucionais, literatura acadêmica especializada e dados de censos escolares. A pesquisa abrangeu fontes como leis e resoluções federais e estaduais, como a Lei Complementar nº 31 de 1977, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e normas específicas para o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais.

O estudo buscou construir uma narrativa cronológica da evolução das políticas de educação especial em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de compreender como os marcos normativos e institucionais moldaram as práticas pedagógicas e a estrutura de atendimento às pessoas com deficiência ao longo

das décadas. A análise documental incluiu relatórios de instituições pioneiras, que foram estudadas quanto à sua fundação, missão, e impacto na implementação de políticas públicas de educação especial, com foco na inclusão educacional e social.

Além disso, foi realizada uma análise comparativa das políticas públicas adotadas em Mato Grosso do Sul em relação às diretrizes nacionais, com especial atenção à criação e expansão das Salas de Recursos Multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa abordagem permitiu observar como o estado se alinhou ou adaptou às orientações federais, identificando avanços e desafios específicos do contexto local.

A triangulação de dados foi utilizada para garantir a consistência e validade das informações, confrontando os achados documentais com a literatura especializada e os dados coletados nas instituições pesquisadas. Dessa forma, a metodologia possibilitou a construção de uma visão abrangente e fundamentada sobre a trajetória da educação especial em Mato Grosso do Sul, destacando a interação entre os marcos normativos e as práticas inclusivas ao longo do tempo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados revela um crescimento significativo nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino em Mato Grosso do Sul, reflexo da implementação de políticas inclusivas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais. No entanto, é preciso questionar se esse crescimento quantitativo é acompanhado de um aumento na qualidade do atendimento e das práticas pedagógicas voltadas para a inclusão efetiva dos alunos. Os dados indicam avanços, mas há uma carência de investigações qualitativas que avaliem o impacto dessas políticas no desenvolvimento integral dos estudantes.

As disparidades regionais são outro ponto crítico, evidenciando desigualdades no acesso a serviços educacionais especializados entre as

regiões urbanas e rurais. Enquanto municípios como Paraíso das Águas têm 100% das escolas equipadas com Salas de AEE, localidades como Bonito e Aquidauana apresentam apenas 11,1% e 11,9%, respectivamente. Isso sugere falhas na distribuição de recursos e aponta para a necessidade de políticas públicas mais direcionadas e eficientes, que garantam a equidade no acesso a esses serviços em todas as regiões, especialmente naquelas historicamente negligenciadas.

A redução da taxa de distorção idade-série de 64,5% em 2014 para 29,9% em 2023 é um indicativo positivo, mas precisa ser interpretada com cautela. A queda pode refletir melhorias nas práticas pedagógicas e no apoio especializado, mas há também o risco de que essa redução represente apenas um ajuste administrativo para atender indicadores e metas quantitativas, sem uma real evolução nas condições de ensino e aprendizagem. Dessa forma, é fundamental aprofundar a análise qualitativa para compreender se a inclusão efetiva dos alunos está sendo realmente promovida.

Em relação à qualificação docente, o aumento do percentual de professores com pós-graduação e formação continuada é um avanço relevante, mas é necessário questionar a efetividade dessas formações. A qualidade da capacitação oferecida aos professores é um aspecto crucial para garantir que eles estejam preparados para lidar com a diversidade nas salas de aula regulares. Assim, a formação continuada deve ser avaliada quanto ao seu conteúdo prático e sua aplicabilidade no cotidiano escolar.

O impacto da pandemia de COVID-19 na educação inclusiva foi marcante, expondo vulnerabilidades na estrutura educacional. A transição para o ensino remoto trouxe desafios que evidenciaram a falta de infraestrutura tecnológica e pedagógica para atender alunos com deficiência. Embora instituições como APAE, Pestalozzi e ISMAC tenham se adaptado rapidamente, a eficácia dessas adaptações e o impacto real na aprendizagem dos alunos ainda precisam ser analisados criticamente. O aumento do uso de tecnologias assistivas é uma tendência positiva, mas há o risco de sua implementação ser superficial se não houver o devido acompanhamento e formação adequada dos professores.

Apesar dos avanços na ampliação das Salas de AEE e no aumento de matrículas de alunos com deficiência, as limitações permanecem. A infraestrutura insuficiente em áreas rurais, a cobertura parcial da FEAPAES-MS e a falta de profissionais especializados apontam para políticas públicas fragmentadas e insuficientes para alcançar uma inclusão plena. Portanto, é necessário reavaliar a formulação e implementação dessas políticas, buscando uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Em síntese, os resultados indicam que Mato Grosso do Sul apresentou avanços na Educação Especial, mas ainda enfrenta desafios consideráveis. As disparidades regionais, a qualificação docente insuficiente, a falta de infraestrutura e a centralização dos recursos em áreas urbanas são questões que exigem atenção. A análise crítica sugere que é necessário um planejamento estratégico mais eficiente, com foco na equidade e na qualidade do atendimento educacional especializado, para assegurar que as políticas inclusivas alcancem efetivamente os alunos com deficiência.

5 CONCLUSÃO

A trajetória da Educação Especial em Mato Grosso do Sul reflete um processo contínuo de transformação e adaptação frente às demandas da sociedade e às mudanças legislativas. A ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a redução da distorção idade-série são resultados notáveis de políticas que buscam integrar e desenvolver alunos com necessidades especiais. No entanto, as disparidades regionais, a formação insuficiente de profissionais, a carência de infraestrutura nas áreas rurais e a centralização de recursos ainda representam desafios significativos.

Diante disso, é fundamental que as políticas públicas sejam revisadas e aprimoradas, com uma atenção especial à equidade e à qualidade do atendimento educacional. Para superar as desigualdades regionais e promover uma inclusão efetiva, é essencial um planejamento estratégico que contemple a formação continuada de professores, a ampliação da infraestrutura nas áreas mais remotas e o fortalecimento da cooperação entre os diferentes setores

envolvidos. Assim, será possível garantir que todos os alunos com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade, assegurando seu pleno desenvolvimento e participação social.

REFERÊNCIAS

APRIMORAMENTE. **Centro de Desenvolvimento do Potencial Humano Raio de Luz**. Disponível em: <https://aprimoramente.com/info/centro-desenv-do-potencial-humano-raio-de-luz/519490>. Acesso em: 15 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE CAMPO GRANDE. Página institucional da AMA Campo Grande. Campo Grande, MS, 2024. Disponível em: <https://www.amacg.org.br/>. Acesso em: 28 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO GRANDE (APAE). **Nossa história**. Disponível em: <https://apaecg.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 13 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CAMPO GRANDE. **Projetos de Promoção de acesso à educação, saúde social, lazer e trabalho**. Disponível em: <https://www.pestalozzicg.org.br>. Acesso em: 14 set. 2024. ASEADEM. Associação Especial de Atendimento ao Deficiente Mental. Histórico da ASEADEM. Campo Grande, MS, 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1977.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

_____. **Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 13 set. 2024.

_____. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

_____. **Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO RAIO DE LUZ. **Autorização para funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de educação especial.** Deliberação CEE/MS nº 12.247, 7 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Centro-de-Desenvolvimento-do-Potencial-Humano-Raio-de-Luz.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

CIDADE URGENTE. **Escola Especial Colibri.** Disponível em: <https://cidadeurgente.com/ms/campo-grande/guia/escola-especial-colibri-33741612000194/>. Acesso em: 16 set. 2024.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL JULIANO FERNANDES VARELA. **Página institucional da Escola de Educação Especial Juliano Fernandes Varela.** Disponível em: <https://julianovarela.org.br/#>. Acesso em: 28 set. 2024.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO MATO GROSSO DO SUL (FEAPAES-MS). **Nossa história.** Disponível em: <https://feapaesms.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 13 set. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (APAE BRASIL). **A maior rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual ou múltipla.** Disponível em: <https://www.apaebrasil.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: módulo Pessoas com deficiência, terceira coleta de 2022.** Encomendada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Publicado em: 7 jul. 2023. Acesso em: 13 set. 2024.

INSTITUTO SUL-MATO-GROSSENSE PARA CEGOS "FLORIVALDO VARGAS" (ISMAL). **Educação, Assistência e Trabalho.** Disponível em: <https://ismac.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Mato Grosso do Sul.** CAP/DV-MS. Disponível em: <https://capdvms.blogspot.com/>. Acesso em: 29 set. 2024.

_____. **Centro de Atendimento Educacional Especializado Horizonte – CAEEH**. Campo Grande, MS: Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do 2024. Disponível em: <https://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Centro-de-Atendimento-Educacional-Especializado-Horizonte-%E2%80%93-CAEEH.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

_____. **Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez**. CAS/MS. Disponível em: <https://cassedms.blogspot.com/search/label/QUEM%20SOMOS>. Acesso em: 29 set. 2024.

_____. **Centro Educacional Especial à Pessoa com Deficiência Mental – CEAPDEM**. Campo Grande, MS: Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Centro-Educacional-Especial-a-Pessoa-com-Deficiencia-Mental-%E2%80%93-CEAPDEM.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

_____. **Secretaria de Estado de Educação**. Salas de Recursos Multifuncionais em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: SED/MS, 2024. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2024.

PAS UFMS. **Escola Especial Colibri**. Disponível em: <https://pas.ufms.br/site/credenciado/escola-especial-colibri/>. Acesso em: 16 set. 2024.

VOLUNTÁRIOS. **Escola Especial Colibri**. Disponível em: <https://voluntarios.com.br/entidade/4742>. Acesso em: 15 set. 2024.